



RAÇA E CLASSE JUNTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA CONTRA O NEOLIBERALISMO ECONÔMICO

RACE AND CLASS TOGETHER IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION AGAINST ECONOMIC NEOLIBERALISM

ARTIGO

Lúcio Ângelo Vidal¹

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT
E-mail: lucio.vidal@ifmt.edu.br

Gabriela Borges Barbosa

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT
E-mail: gbarbosa.esp@gmail.com

RESUMO:

A educação é constantemente disputada no campo político e se configura como privilégio de classe. Para superar essas limitações, sugere-se que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve estar aliada à educação antirracista. Nesse sentido, este artigo objetiva destacar a importância da promoção de uma educação antirracista inserida na formação humana integral almejada pela Educação Profissional e Tecnológica como possibilidade de emancipação da classe trabalhadora. Trata-se de um artigo de revisão narrativa a partir da compreensão do autor Francisco de Oliveira, presente no texto "Das invenções à indeterminação", contido no livro "A era da indeterminação", de forma a relacionar raça, classe e Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Os resultados alcançados apontam o potencial da Educação Profissional e Tecnológica para superação das desigualdades sociais. Em termos gerais, compreende-se que a prática da educação para as relações étnico-raciais constitui elemento fundamental para a emancipação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Racial, Racismo Estrutural, Democracia, Formação Integral, Políticas Neoliberais.

ABSTRACT:

Education is constantly disputed in the political field and is configured as a class privilege. To overcome these limitations, it is suggested that Professional and Technological Education (EPT) must be combined with anti-racist education. This article aims to highlight the importance of promoting anti-racist education within the integral human formation sought by Professional and Technological Education as a possibility for the emancipation of the working class. This is a narrative review article based on the understanding of the author Francisco de Oliveira, present in the text "Das Invenções à Indeterminação", contained in the book "A era da indeterminação", in order to relate race, class and Professional Education and Technological (EPT). The results achieved point to the potential of Professional and Technological Education to overcome social inequalities. In general terms, it is understood that the practice of education for ethnic-racial relations constitutes a fundamental element for the emancipation of the working class.

Keywords: Racial, Structural Racism, Democracy, Comprehensive Training, Neoliberal Policies.

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

A redemocratização do país, ocorrida nos anos 80, ampliou a perspectiva de superação das desigualdades sociais. Contrária ao cenário nacional de lutas sociais e conquistas de direitos, a política econômica, dependente do capital estrangeiro, apontava diminuição dos direitos sociais em prol de interesses do mercado financeiro. Nesse contexto, a educação profissional tem sido objeto de disputa no campo ideológico e político. A classe trabalhadora tem o desafio de lutar pela proposta de formação humana integral com vistas à superação da dualidade educacional e emancipação da classe.

As limitações da democracia liberal e os avanços do neoliberalismo impedem a realização da garantia de direitos e, portanto, da democracia em sua plenitude. A educação é constantemente disputada no campo político e se configura como privilégio de classe. Para compreender esse estado das coisas é fundamental entender como o racismo está arraigado na sociedade brasileira. Para superar as referidas limitações, sugere-se que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve estar aliada à educação antirracista.

Dessa forma, o presente artigo apresenta o contexto nacional, a partir da interpretação social do autor Francisco de Oliveira (2007) presente no capítulo “Das invenções à indeterminação” contido no livro “A era da indeterminação” de forma a relacionar a concepção do racismo estrutural a partir de Silvio Almeida (2021) e utilizando a obra “Ensino médio integrado: concepção e contradições” (Frigotto; Ciavatta; Ramos; 2012) para contextualizar essas disputas no campo educacional. Levando-se em conta que a EPT de nível médio no Brasil representa em números absolutos 2.271.607 matrículas em 2023 e que no intervalo de dez anos (2013-2023) houve um crescimento de 41,71% de matrículas (INEP, 2024), essa estratégia de ensino configura-se como um importante instrumento de formação da classe trabalhadora, portanto objetivo do artigo é destacar a importância da promoção de uma educação antirracista inserida na formação humana integral almejada pela Educação Profissional e Tecnológica como possibilidade de emancipação da classe trabalhadora.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O termo *raça* deve ser entendido como um conceito relacional e histórico, dessa forma se estabelece como parte da política e da economia das sociedades contemporâneas (Almeida, 2021).

Ao longo da história, a *raça* é utilizada em dois aspectos: como característica biológica (fenotípica); e como característica étnico cultural para justificar a inferiorização de povos que se diferenciavam do ideário europeu de homem universal. No entanto, as constatações da Biologia e da Antropologia demonstram que não há essa possibilidade de hierarquização. Configurando-se a *raça* como elemento essencialmente político [...] utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários (Almeida, 2021, p. 31).

A partir desse entendimento do conceito de *raça*, podemos assimilar a definição de racismo com base no dispositivo racial:

O racismo - que se materializa como discriminação racial - é definido por seu caráter sistêmico, [...] [trata-se] de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, 2021, p. 34).

Dessa forma, compreende-se que o racismo não se encerra na dimensão individual, avançando para a concepção institucional, ou seja, reconhecendo o poder de um grupo sobre o outro através do aparato institucional, cujas posições de poder são ocupadas por um grupo hegemônico. Dessa forma, padrões e regras institucionais racistas vinculam-se à ordem social em que o referido grupo se dispõe a conservar (Almeida, 2021).

Após a abolição da escravidão, a ordem social não se alterou. O racismo se atualiza com a ideia de democracia racial, que consiste no desaparecimento da *raça* e na celebração da igualdade de um povo miscigenado. Dessa forma, há a supressão de todo processo

histórico de usurpação dos corpos das mulheres negras e do empenho em fomentar a vinda de imigrantes brancos, com intuito de embranquecer a população, tendo como meta a ausência de pessoas negras no país até o ano de 2012, exaltando a inexistência de desigualdades entre a população, ou seja, um mito (Pinheiro, 2023).

A reabertura democrática, na década de 1980, trouxe grande alívio e esperança para o povo brasileiro. Nesse sentido, emergiu a possibilidade de efetivamente se construir uma democracia plena aqui compreendida como uma forma de existência social, de concretização da cidadania, não restrita apenas o direito ao voto (Chauí, 2022). No entanto, os grupos conservadores que se beneficiam dessa ordem social resistem a mudanças que poderiam ameaçar suas vantagens adquiridas, que acabam configurando-se como privilégios.

É a partir do que Francisco de Oliveira identifica como “invenções” políticas do período chamado Nova República, de cunho altamente social, que operaram um deslocamento de forças no campo político e houve a ampliação da agenda para as políticas sociais (Oliveira, 2007).

Dois fatores contribuíram para a redemocratização do país. O primeiro foi o reavivamento dos movimentos de esquerda com destaque para trabalhadores organizados em sindicatos vinculados a partidos revolucionários que ainda permaneciam na ilegalidade alinhados com parte da igreja católica vinculada à Teologia da Libertação. O segundo foi a perspectiva neoliberal que se iniciava, sinalizada pelo incômodo com as intervenções excessivas estatais (Saad Filho; Morais, 2018).

A Constituição Federal de 1988 buscava a garantia de direitos sociais como forma de ampliar a cidadania pautada na igualdade e na formação de um Estado de bem-estar social. No entanto, o que se seguiu após essa transição constituiu-se em uma democracia frágil, limitada pelo pacto acordado entre as elites dominantes (Saad Filho; Morais, 2018). Dessa forma, a democracia limitou-se a uma perspectiva liberal, sendo conquistada devido à ação da luta de classes, em que os movimentos sociais obrigam os dominantes à implantação desse regime (Chauí, 2022).

A dependência de investimentos de capital internacional e a considerável dívida externa, financiadora do chamado “milagre econômico” durante uma fração do regime militar, apontava para financeirização da economia e a transferência das decisões da burguesia nacional para o capital estrangeiro (Oliveira, 2007).

O regime militar destruiu a escola pública de primeiro e segundo grau e promoveu uma reforma universitária com modificações significativas nos currículos, além de destinar recursos públicos às lideranças oligárquicas da época. E para a baixa classe média, destinou de forma compensatória, os cursos profissionalizantes. (Chauí, 2022).

Os elevados índices de inflação que acompanharam a virada para os anos 1990 limitaram as perspectivas de alcance da democracia. A disseminação de valores liberais e da iniciativa individual, num contexto de financeirização da dívida externa e interna, pavimentaram o caminho para as privatizações (Oliveira, 2007).

A acumulação de capital nas economias líderes do desenvolvimento capitalista havia gestado um progresso técnico que elevou a produtividade do trabalho a níveis tão elevados que, de fato, parecia que o consumo de trabalho vivo de uma parte ponderável da força de trabalho começava a ser irrelevante: uma massa marginal, não funcional para acumulação de capital [...] (Oliveira, 2007, p. 25).

Dessa forma, ao invés de a ciência e a técnica terem sua potencialidade desenvolvida para gerar qualidade de vida para usufruto do tempo livre no capitalismo tardio, aprofundam a precariedade do trabalho e o desemprego (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012). Sendo assim, a técnica da produção passa a ser do capital e não mais do trabalhador (Almeida, 2021).

A combinação de trabalho barato com a financeirização do capital gerou o fenômeno formidável da sobredeterminação do capital financeiro em relação ao capital produtivo. [...] É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal lograda pelo sistema capitalista (Oliveira, 2007, p. 26).

Dessa forma, estando o Brasil localizado na periferia do capitalismo, a educação tecnológica e formação técnico-profissional foram subsidiadas e orientadas por organismos internacionais (Neves; Pronko, 2008).

Nesse contexto, as ciências passaram a fazer parte do processo produtivo, utilizando-se do conhecimento de forma competitiva por grandes empresas capitalistas que possuem seus próprios laboratórios e instituições de pesquisa orientadas para o aumento da produção. Dessa forma, houve o estabelecimento de uma ideologia da competência em que o saber confere poder (Chauí, 2022).

É neste embate de concepções de sociedade e trabalho que se insere a disputa pela educação como prática social mediadora do processo de produção, processo político, ideológico e cultural (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p.73).

Nesse sentido, a educação profissional se torna campo de disputa política com duas vertentes: a formação de técnicos especializados, para tornarem-se capazes de utilizar as técnicas de produção; em contraposição, a formação politécnica, em sua concepção marxiana (Saviani, 2007).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um artigo de revisão narrativa que parte da obra de Oliveira (2007) para descrever as relações sociais do período da Nova República até as eleições presidenciais de 2002, expressas no capítulo I - Das invenções à Indeterminação, do livro *A era da indeterminação* (Oliveira; Rizek, 2007), compreendendo a questão do racismo estrutural a partir de Silvio Almeida (2021) e utilizando a obra de Frigotto; Ciavatta, Ramos (2012) para contextualizar essas disputas no campo educacional e apontar a educação profissional como horizonte a ser alcançado para emancipação da classe trabalhadora e organização de uma sociedade antirracista. A seleção da bibliografia foi realizada de forma discricionária pelos autores, de forma a relacionar raça, classe e Educação Profissional Tecnológica (EPT).

Esta pesquisa pode ser classificada em relação à abordagem como qualitativa, porque baseiam-se no significado que trazem ou no significado atribuído pelo pesquisador, segundo a realidade em que os fenômenos estão inseridos (Nascimento, 2016). No tocante aos objetivos, pode-se classificá-la como exploratória uma vez que visa facilitar a familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa, para permitir a construção de hipóteses ou tornar a questão mais clara (Gil, 2008). Levando-se em consideração os procedimentos adotados, entra na categoria bibliográfica já que propicia bases teóricas ao pesquisador para exercer uma reflexão crítica a respeito da temática em estudo (Gil, 2008). Finalmente, no que concerne à natureza, esta pesquisa se enquadra como básica por gerar novos conhecimentos sem uma aplicação prática prevista.

Para composição da análise, utilizou-se o Observatório do ProfEPT como ferramenta de busca para apresentar dissertações de mestrado relacionadas ao tema. As consultas foram realizadas no mês de agosto de 2024. Na plataforma, foram localizadas publicações com os termos “Antirracista”, “Educação Antirracista”, “Letramento Racial”, “Racial”, “Relações Étnico-raciais”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresenta-se o contexto nacional de disputa pela agenda política, evidenciando a importância dos movimentos sociais na construção das políticas educacionais. Em seguida, reflete-se sobre a educação destinada à classe trabalhadora atrelada à educação para as relações étnico-raciais. Por fim, conclui-se com o levantamento das pesquisas realizadas no âmbito do ProfEPT com a temática racial.

4.1 Lutas e disputas da classe trabalhadora no campo educacional

Caracterizadas por Francisco de Oliveira como um esforço de Sísifo das classes dominadas, os movimentos sociais alcançaram importantes operações de ampliação do campo e disputa pela agenda política. O marco dessa conquista se materializa com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Oliveira, 2007).

Nesse período, em que se concretizam na forma da lei importantes conquistas no âmbito das políticas sociais, avançam também as desigualdades e a precarização do trabalho. O pensamento de Francisco de Oliveira ao anunciar “a era da indeterminação” apontava para a crescente e avassaladora fragilidade nas relações de trabalho impostas pelo sistema capitalista em sua forma mais contemporânea, isto é, o neoliberalismo (Oliveira, 2007).

No contexto educacional, a organização da sociedade em defesa da escola pública e da educação dos trabalhadores culminou na apresentação do primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB). Apesar do sucesso em propor um projeto de formação integrada, o movimento perdeu apoio parlamentar e a pretendida formação integrada cedeu espaço à formação profissional com vistas a atender às necessidades do mercado tão somente (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

De forma distinta à disputa eleitoral ocorrida após o fim do regime militar, os programas eleitorais dos quatro principais presidenciáveis em 2002 não se diferenciavam essencialmente em seus interesses e representação. Todos se dispunham a seguir a pauta do desenvolvimento em representação do interesse da burguesia nacional, por sua vez, representando o interesse do capital financeiro internacional (Oliveira, 2007).

Ainda assim, por meio do constante esforço dos movimentos sociais durante os anos do governo Lula (2002-2010), significativas conquistas no âmbito educacional foram alcançadas, por exemplo a aprovação do Decreto nº 5154, de julho de 2004 (Brasil, 2004) que regulamenta a educação profissional, mediante um processo que envolveu entidades da sociedade civil e intelectuais. Esse ganho político pôde ser conquistado a partir da compreensão:

[...] que é possível trabalhar dentro das contradições do governo que possam impulsionar um avanço no sentido de mudanças estruturais, que apontam, no mínimo, mais realisticamente, o efetivo compromisso com um projeto nacional popular de massa (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 26).

O Decreto revoga a legislação anterior e reorganiza a educação profissional e tecnológica e dentre suas premissas estabelece a centralidade do trabalho como princípio educativo (Brasil, 2004). No entanto, as proposições do documento seguem no campo político em constante disputa com os valores neoliberais. Compreende-se o neoliberalismo como “o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado” (Chauí, 2022, p. 88).

4.2 Educação para classe trabalhadora: reflexões étnico-raciais

Como afirma Silvio Almeida (2021, p. 187) “não existe consciência de classe sem consciência do problema racial”. Portanto, não há possibilidade de se pensar em um projeto educacional com o propósito de emancipação da classe trabalhadora sem refletir sobre a educação para as relações étnico-raciais.

De modo a integrar política e ideologia para a sustentação da superestrutura, a ideologia racista possibilita a naturalização da pobreza e condições precárias de trabalho às populações negra e indígena. “Portanto, não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas” (Almeida, 2021, p. 181). Por isso, compreender o sistema produtivo tendo o trabalho como princípio educativo no Brasil significa também tratar de relações étnico-raciais.

Mesmo diante de um cenário caracterizado por Francisco de Oliveira (2007) como “A era da indeterminação”, ou seja, as invenções políticas não são determinantes para movimentar os atores no campo político de forma a extrapolar os limites impostos, os movimentos negros e indígenas organizados demonstraram força e resistência com importantes marcos legais.

Diante dessa realidade, trabalhando dentro das contradições, a promulgação da Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) demonstra a disposição do governo em atender às reivindicações dos movimentos sociais, que identificaram a necessidade de mudanças profundas na organização da sociedade. No entanto, há que se compreender que não se trata de uma concessão ou benesse do governo, mas sim do resultado da luta histórica desde a resistência quilombola, percorrendo o caminho para o movimento abolicionista aos movimentos negros que resistiram durante o período do regime militar e que continuam pensando políticas públicas voltadas para

a dignidade da população negra e indígena (Pinheiro, 2023).

A Lei 10.639/03, que inclui obrigatoriamente no currículo oficial da Rede de Ensino, a temática "História e Cultura Afro-Brasileira", alterada pela Lei 11.645/08, que acrescenta a "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", demonstram o avanço das reivindicações no âmbito normativo (Brasil, 2003; 2008). Apesar de o marco legal apontar a obrigatoriedade, persiste a luta para implementá-las efetivamente na prática educacional, pois há sempre resistências.

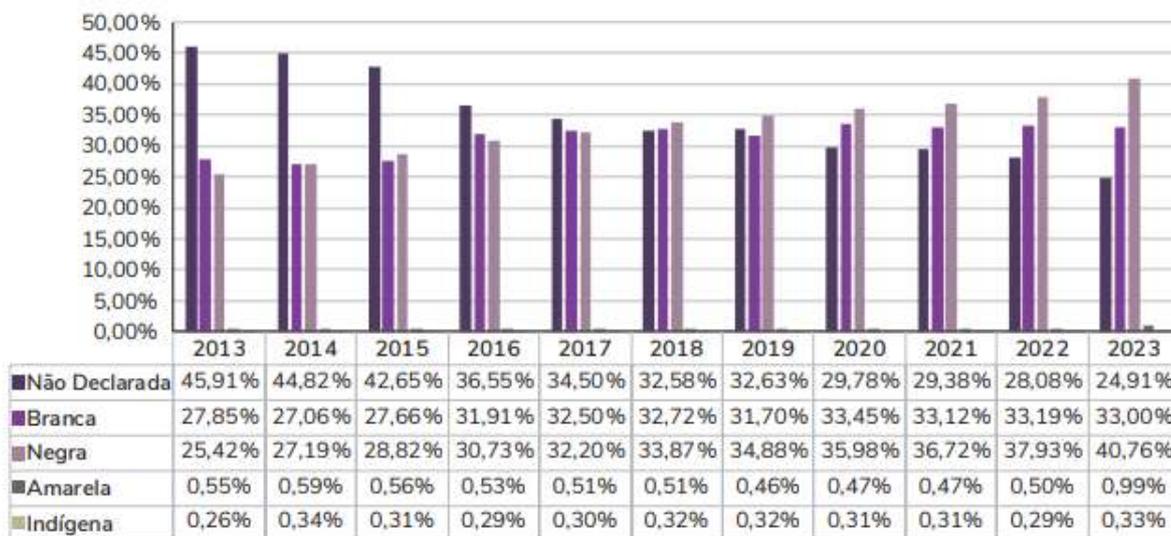
Outra importante conquista nessa trajetória de lutas por políticas reparatórias foi a promulgação da Lei 12.711/12 (Brasil, 2012) pelo governo Dilma Rousseff (PT), mais conhecida como Lei de Cotas, que contribui para inserção de pessoas negras e indígenas no espaço acadêmico. Promover o acesso aos espaços de poder por meio da garantia do direito ao conhecimento acadêmico é uma antiga reivindicação dos movimentos sociais pautada inicialmente pelo então deputado federal Abdias do Nascimento em 1983 (Pinheiro, 2023).

A Educação Profissional e Tecnológica tem o desafio de se concretizar como emancipatória em meio ao avanço crescente do neoliberalismo. No entanto, do mesmo modo que a ideologia racista, o neoliberalismo:

[...] não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica, nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam, e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas (Chauí, 2022, p. 111).

Considerando o número absoluto de matrículas em EPT de nível médio no Brasil (figura 1), ao observarmos a distribuição percentual das matrículas por cor/raça na série histórica 2013-2023, observa-se o aumento de 15,34% (40,76% em 2023 menos 25,42% de 2013) para o grupo de estudantes autodeclarados pretos e pardos, que compõe a população negra (INEP, 2024).

Figura 1. Distribuição percentual das matrículas de educação profissional técnica de nível médio, por cor/raça – Brasil – 2013-2023



Fonte: INEP (2024)

Nota-se também o decréscimo no percentual da categoria "não declarada", que em 2013 correspondia a 45,91% e em 2023, reduziu para 24,91%. De acordo com o relatório de monitoramento de metas do Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

“essa movimentação estatística, de autodeclaração, contribuiu para que, desde 2018, a categoria de cor/raça negra seja a moda populacional para a educação profissional técnica de nível médio” (INEP, 2024, p. 261).

O levantamento demonstra o crescente acesso da população à formação profissional, tornando-se cada vez mais urgente a formação de profissionais qualificados para a implementação da educação para as relações étnico-raciais em todo o currículo escolar e também para atuar de forma antirracista no cotidiano escolar.

4.3 Educação Profissional e Tecnológica: possibilidade de emancipação e combate ao racismo

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) configura-se como um importante instrumento de formação da classe trabalhadora. Apesar da constante disputa no campo político e ideológico, a organização dos movimentos sindicais e estudantis em defesa dos Institutos Federais têm garantido a caracterização da instituição como pública.

A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p.45).

No decorrer da análise, é evidente o esforço dos movimentos sociais em construir uma educação pública e de qualidade para a classe trabalhadora. Dentro desse debate, diante do contexto da formação da sociedade brasileira, faz-se necessário pautar a implementação efetiva da educação para as relações étnico-raciais no currículo escolar. A qualificação profissional e o desenvolvimento de pesquisas são essenciais para a consolidação desse objetivo.

Com a intenção de fortalecer as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à EPT, a formação dos profissionais vinculados à Rede e qualificação do público em geral, servindo-se da capilaridade territorial da RFEPCT, surgiu a proposta do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT), que abriu sua primeira oferta em 2017 (IFES, 2019).

Para contribuir com a análise, nota-se o desenvolvimento de pesquisas realizadas no âmbito do programa que evidenciam a educação das relações étnico-raciais como essencial para a consolidação da proposta de formação integral. De forma a apresentar as pesquisas realizadas pelo programa em rede ProfEPT, o Quadro 1 apresenta catorze dissertações com a temática racial, em que são relacionados, a instituição associada, o ano, o autor, o produto educacional elaborado e o título de cada dissertação. Utilizou-se a plataforma Observatório ProfEPT que registra os trabalhos publicados desde o ano de 2019.

Quadro 1 - Catorze dissertações relacionadas à questão racial do ProfEPT de 2019 a 2024.

Nº	IF	Ano	Autor	Título do Produto Educacional (PE)
1	IFPE	2019	Edvania Kehrle Bezerra	Interação Temática: uma experiência extensionista de aproximação do IFPE à Comunidade Quilombola do Castainho.
Título da Dissertação: A implementação da ação afirmativa de cotas étnico-raciais no IFPE: um olhar sobre a Comunidade Quilombola do Castainho.				
2	IFTM	2020	Mariana Rosa Caixeta	Guia Educacional: Seleção de obras para o ensino-aprendizado das relações étnico-raciais.

Título da Dissertação: Por uma pedagogia multirracial: inclusão, emancipação e ressignificação dos estudantes negros no ambiente escolar.				
3	IFSUDESTE MG	2020	Germano de Oliveira Menezes	Educação Étnico-Racial.
Título da Dissertação: Educação para as relações étnico-raciais: percepção dos professores de história do ensino médio integrado do IF SUDESTE MG – <i>Campus</i> Muriaé e <i>Campus</i> Rio Pomba.				
4	IFNMG	2021	Lucilene Machado dos Santos	Implementação das cotas raciais no IFNMG - Campus Salinas: discutindo a (in)visibilidade dos alunos cotistas raciais.
Título da Dissertação: Entrou e agora? entre o ingresso e a invisibilidade dos cotistas no IFNMG, <i>Campus</i> Salinas: a travessia necessária.				
5	IFES	2022	Adeylson Lichtenheld Craus Bertuani	A educação das relações étnico-raciais como eixo integrador do ensino médio integrado: politecnia, formação humana integral, interdisciplinaridade e pedagogia antirracista.
Título da Dissertação: Medo e ousadia na Educação Profissional e Tecnológica: a educação das relações étnico-raciais como elemento integrador e questionador do currículo do ensino médio integrado.				
6	IFSC	2022	Cynara de Oliveira Geraldo	Personalidades Negras.
Título da Dissertação: Ações pedagógicas com foco nas questões étnico-raciais (Lei 10639/2003): um estudo nos cursos integrados de educação profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Araquari.				
7	IFRN	2022	Jefferson Eduardo da Silva	A educação profissional e o acesso da população negra: possíveis contribuições da EPT para uma educação antirracista.
Título da Dissertação: A educação profissional e o acesso da população negra: uma análise sobre a política de ingresso da população negra no IFRN <i>Campus</i> Mossoró – RN.				
8	IFRS	2023	Helder Felipe de Oliveira	Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho: guia de atividades com oficinas de letramento racial para a promoção de uma educação antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.
Título da Dissertação: Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho: estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando à promoção de uma educação antirracista.				
9	IFSC	2023	Jussiane Ribeiro da Luz	Relações étnico-raciais na educação: guia de orientações para a atuação docente na EPT.
Título da Dissertação: A Lei federal 10.639/2003 e o currículo dos cursos integrados da educação profissional: uma análise no IFSC - Joinville.				
10	IFSul	2023	Marcell Silva	Sequência de 3 vídeos a partir da dissertação: a política educacional para as relações étnico- raciais: notas a partir da atuação dos NEABIS no IFSul.

Título da Dissertação: A política educacional para as relações étnico-raciais: notas a partir da atuação dos NEABIS no IFSul.				
11	IFMS	2023	Franklin Paulino Leal	Curso Livre: diversidade e relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.
Título da Dissertação: Diversidade e relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica: uma proposta de curso livre sobre enfrentamento ao preconceito.				
12	IFTO	2023	Marilza Aparecida de Oliveira Teixeira Maciel	Grietas: cartilha de orientações para a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na Educação Profissional Científica e Tecnológica.
Título da Dissertação: Educação intercultural e para as relações étnico raciais: estudo da política de Educação Profissional e Tecnológica do IFTO.				
13	IFES	2023	Rita Luisa de Oliveira	"Vamos falar de cotas raciais?"
Título da Dissertação: Relações étnico-raciais e cotas na educação: "um olhar sobre o acesso, permanência e êxito de estudantes do curso técnico em alimentos integrado ao ensino médio do IF SUDESTE/MG - <i>Campus Rio Pomba</i> ".				
14	IFES	2024	Marcos Lourenço da Silva Zanotelli	Relatório das oficinas formativas no âmbito da proposta de educação antirracista: por uma outra abolição.
Título da Dissertação: Educação antirracista à luz dos pressupostos da formação humana no curso técnico integrado em hospedagem, PROEJA, IFES, <i>Campus Vitória-ES</i> .				

Fonte: elaborado pelos autores (ago. 2024).

Para elaboração do quadro 1, foram utilizados os termos “Antirracista”, “Educação Antirracista”, “Letramento Racial”, “Racial” e “Relações Étnico-raciais”, na busca por assunto. É possível observar a crescente produção sobre as questões raciais se levamos em conta que no ano de 2019 apenas uma pesquisa é registrada e atualmente acumulam-se catorze dissertações publicadas com a temática. No ano de 2020, foram produzidas duas pesquisas. Em 2021 o número limita-se ao registro de somente um trabalho. No ano de 2022, três pesquisas foram publicadas com o tema. Em 2023, por sua vez, o número sobe para seis dissertações produzidas. Finalmente, no ano de 2024, ainda vigente, um registro foi efetuado.

Por meio das pesquisas é possível verificar o constante esforço em implementar o que prevê a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003). Há que se registrar a Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) que estabelece diretrizes e objetivos para implementação, acompanhamento e avaliação de ações pedagógicas e de gestão em torno da educação para as relações étnico-raciais (Brasil, 2024).

A concepção estrutural do racismo na sociedade brasileira nos permite afirmar que as políticas econômicas e educacionais direcionadas ao avanço da democracia não estão imunes ao racismo. Espera-se que esta discussão contribua para o apontamento da necessidade de fortalecer o desenvolvimento da educação para as relações étnico-raciais como parte constituinte da formação integral proposta na Educação Profissional e Tecnológica, para se concretizar como emancipatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discute como o racismo se constitui como estruturante na sociedade, expresso em políticas econômicas e educacionais, com ênfase para a Educação Profissional e Tecnológica. Diante do exposto, fica evidente a necessidade de defesa da educação

profissional, direcionada para compreensão dos processos produtivos com a intencionalidade de promover a emancipação da classe trabalhadora. Compreendemos que para o sucesso dessa tarefa, faz-se necessário também a prática da educação para as relações étnico-raciais, que se inicia na compreensão das diversas formas de manifestação do racismo, em especial na formulação da ideologia hegemônica e no campo da economia.

Compreender o racismo como parte estruturante das relações sociais e instituições, leva-nos a refletir sobre as dificuldades de consolidação do trabalho como princípio educativo e da formação humana integral nos cursos profissionalizantes, considerando que a EPT é direcionada à classe trabalhadora, em sua maioria pessoas negras. A capilaridade dos Institutos Federais aponta o potencial transformador da realidade brasileira, tendo a educação profissional associada à educação para as relações étnico-raciais de forma consolidada, aliada a práticas antirracistas, é possível vislumbrar a concretização da formação integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm?msckid=0c0d30. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024**. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024-559544343>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CHAUÍ, M.; ROCHA, A. (org) **A ideologia da competência**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p1-82.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição, Editora Atlas S.A, 2008, SP.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação** – 2024. Brasília, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **O ProfEPT. Histórico**. Disponível em: <https://profeppt.ifes.edu.br/sobreprofeppt>. Acesso em: 31 jul. 2024.

NASCIMENTO, F. P. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática** – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

OBSERVATÓRIO PROFEPT. Consulta de egressos, dissertação, produtos educacionais. Disponível em: <https://obsprofeppt.midi.upt.iftm.edu.br/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

OLIVEIRA, F. Das invenções à indeterminação. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. 5ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: Neoliberalismo versus democracia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–165, jan. 2007.

i Sobre os autores:

Lúcio Ângelo Vidal (<https://orcid.org/0000-0002-9187-9510>)

Graduado em licenciatura em física pela Universidade Federal de Mato Grosso (2006), formado em Meteorologia pela Escola de Especialistas de Aeronáutica (2005), graduado em Ciências Contábeis pela UFMT (2023), mestre em Física Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009) e doutor em Física Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso (2012). Professor de Física do Instituto Federal de Mato Grosso (2013). Compõe desde 2017 o corpo docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (profEPT) do IFMT campus Cuiabá. Integra o grupo de pesquisa GPET. Atualmente é líder do grupo de pesquisa GPET. É representante docente do centro-oeste na Comissão Acadêmica Nacional do Mestrado profEPT. Tem como foco em suas publicações experiências de ensino vinculadas a fenômenos meteorológicos no Ensino Superior. Desenvolve também alguns artigos com propostas mais didáticas para a Física do Nível Superior.

Gabriela Borges Barbosa: (<https://orcid.org/0009-0005-9656-471X>).

Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso (2022). Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica. Membro do grupo de pesquisa Práticas Educativas em EPT. Atualmente é assistente administrativo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Como citar este artigo:

VIDAL, Lúcio Ângelo; BARBOSA, Gabriela Borges. Raça e classe juntas na educação profissional e tecnológica contra o neoliberalismo econômico. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 2, p. 136-147, 30ª Edição (Especial), 2024. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR